

# O GOVERNO DE JOSÉ RELVAS: UMA TENTATIVA DE EQUILÍBRIOS NO PÓS-GUERRA (JANEIRO DE 1919 – MARÇO DE 1919)

VANESSA BATISTA\*

## INTRODUÇÃO

Terminada a Grande Guerra, toda a Europa se encontrou forçada a iniciar um novo processo de reformas políticas, económicas e sociais. No caso português, o período que respeita ao pós-guerra caracteriza-se por uma profunda crise política que se repercute nos restantes campos da vida nacional. O assassinio de Sidónio Pais a 14 de Dezembro de 1918 marca o desaparecimento do projecto político do próprio<sup>1</sup>, construído em volta da sua imagem presidencial, sucedendo-lhe João do Canto e Castro, director dos Serviços do Estado-Maior Naval, como presidente da República eleito pelas câmaras. As agitações provocadas pelos sidonistas, bem como a actividade revoltosa dos monárquicos portugueses, intensificada no norte do país, conduziram o ministério presidido por Tamagnini Barbosa à demissão. Reforçava-se a ideia de uma governação apoiada por todas as forças políticas republicanas e pela opinião nacional. José Relvas tornou-se a figura de escolha do presidente que lhe incumbiu a formação de governo a 26 de Janeiro de 1919<sup>2</sup>. Membro do Directório que organizara a revolução de 5 de Outubro de 1910, ministro das finanças do Governo Provisório, ministro plenipotenciário em Madrid orquestrador da harmonia das relações ibéricas, José Relvas representava conjuntamente os ideais republicanos sem filiação partidária estrita. Tendo por base a descrição própria dos acontecimentos presenciados neste período por José Relvas nas suas *Memórias Políticas*, este trabalho

---

\* Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa | vanessasofia\_12@hotmail.com

<sup>1</sup> RELVAS, 1977: 81.

<sup>2</sup> RELVAS, 1977: 83.

pretende assim analisar as razões que nortearam a escolha de Relvas para presidir o ministério, o respectivo programa de governo, bem como as relações estabelecidas entre o executivo e as estruturas partidárias de então, demonstrando a relação do panorama político com o cenário nacional de pós-guerra.

## A FORMAÇÃO DO GOVERNO

As revoltas desencadeadas por sidonistas abriram caminho às investidas monárquicas que culminaram na denominada Monarquia do Norte, estabelecida no Porto a 19 de Janeiro<sup>3</sup>, constituindo-se uma Junta Governativa Provisória liderada por Paiva Couceiro<sup>4</sup>. Apesar de conter a revolta de Monsanto, o governo de Tamagnini Barbosa, de concentração sidonista, não teve sucesso em restituir o poder do estado republicano no norte do país, motivo pelo qual apresentou demissão.

José Relvas foi incumbido pelo presidente da República, Canto e Castro, de formar um novo executivo a 26 de Janeiro de 1919. Esta decisão decorria da premissa, razoavelmente consensual no quadrante político republicano, de que a reposição da normalidade política nacional implicava a constituição de um governo que agrupasse os representantes das principais forças políticas de então. No entanto, a posição de chefe de governo exigia uma neutralidade partidária assumida bem como uma imagem respeitada pela opinião pública. A instabilidade atingida requeria um renascimento do sentimento de renovação e liderança que a República apenas conhecera no seu início, com o Governo Provisório, chamando assim a assumir o seu dever de republicano um dos seus mais destacados membros o qual se mantivera afastado dos confrontos políticos e dedicado a servir o país de forma neutra.

Antes da formação do gabinete, José Relvas empenhou-se em fazer aceitar pelos partidos políticos aquilo que seriam os seus objectivos programáticos no imediato, nomeadamente a manutenção da reforma da Lei da Separação do Estado da Igreja, o afastamento dos emigrados de Dezembro do território português, enquanto durasse a normalização da situação política pretendida, bem como a participação de figuras sidonistas na constituição do novo gabinete<sup>5</sup>. As pastas governativas ficaram assim distribuídas pelas seguintes figuras: Domingos Pereira na Instrução, António Paiva Gomes nas Finanças, membros do partido democrático; Couceiro da Costa na Justiça e interino nos Estrangeiros, como membro do partido evolucionista; Jorge Nunes na Agricultura, Tito de Morais na Marinha, membros do partido unionista; Egas Moniz na pasta dos Estrangeiros, João Pinheiro nas Subsistências, enquanto representantes

<sup>3</sup> SANTOS, 2014: 1304.

<sup>4</sup> SERRÃO, 1989: 224.

<sup>5</sup> RELVAS, 1977: 84.

sidonistas; Augusto Dias da Silva na pasta do Trabalho, membro do partido socialista; Pinto Osório no Comércio, Carlos da Maia nas Colónias, Freitas Soares na Guerra, José Relvas como presidente e ministro do Interior, membros independentes<sup>6</sup>.

O novo governo apresentou-se na Câmara dos Deputados em 3 de Fevereiro de 1919, momento aproveitado por José Relvas para frisar a gravidade da conjuntura política e económica, mas também a urgência em reinstaurar a República em todo o país, apelando à união partidária no momento de crise nacional<sup>7</sup>. Nesta conformidade, o parlamento em funções, herança do regime sidonista, representava um entrave para os propósitos governativos do novo presidente do ministério os quais residiam numa nova reforma da estrutura institucional republicana baseada na remodelação partidária<sup>8</sup>.

## O FIM DA MONARQUIA DO NORTE

Restabelecer a República em todo o território nacional tornou-se num dos mais imediatos objectivos do ministério de Relvas pois não seria possível construir uma nova ordem política estável face à iminência da expansão das forças monárquicas. A imprensa encontrou-se libertada da censura, no entanto apenas eram permitidas notícias sobre a situação no Norte quando as mesmas eram divulgadas pelos ministérios da Guerra ou da Marinha<sup>9</sup>.

Numa entrevista concedida ao jornal *O Século*, José Relvas declarava publicamente as razões que haviam determinado a aceitação da presidência do ministério, justificando a existência do actual gabinete como uma necessidade de reconstituir a estrutura política. O mesmo propósito conferia ao executivo em funções um carácter necessariamente transitório e breve, tendo em vista pôr fim à Monarquia no Norte e conduzir o país às próximas eleições. Na mesma entrevista citava a visão de João Chagas quanto ao que deveria suceder-se em Portugal: «O país pertence a todos, o Estado pertence à República»<sup>10</sup>.

As forças de Paiva Couceiro foram derrotadas a 13 de Fevereiro na cidade do Porto; no imediato a notícia era conhecida em Lisboa, desencadeando uma série de manifestações em apoio à República<sup>11</sup>. Nas suas *Memórias Políticas*, José Relvas relatava a existência de um telegrama reencaminhado para si pelo ministro dos Estrangeiros, Egas Moniz, da autoria de D. Manuel II. O rei enviara o respectivo telegrama dias

<sup>6</sup> BRANDÃO, 2011: 361.

<sup>7</sup> RELVAS, 1977: 89.

<sup>8</sup> RELVAS, 1977: 88.

<sup>9</sup> RELVAS, 1977: 90.

<sup>10</sup> RELVAS, 1977: 94-96.

<sup>11</sup> *A Capital*, 1919, n.º 3031, 14 de Fevereiro, p. 2.

antes da derrota monárquica, rogando ao governo que, no desconhecimento de Paiva Couceiro, fossem passadas ordens suas às forças monárquicas para cessar a resistência ao regime republicano. Tal orientação era suportada por uma amnistia requerida pelo ex-monarca ao governo, aplicável aos adeptos da ideia monárquica e seguidores de Couceiro<sup>12</sup>. A amnistia seria concedida aos membros não envolvidos directamente na chefia do movimento monárquico, sendo-lhe permitida a permanência no país, porém sem desempenho de funções públicas ou militares, como a lei do saneamento veio a consagrar<sup>13</sup>. O governo republicano concordou com a proposta de D. Manuel, poucos dias depois a monarquia era vencida.

Relvas revelava-se céptico sobre a capacidade colaborante revelada pelas forças partidárias republicanas. Os acontecimentos ocorridos no Porto, no decurso do desmantelamento da rede monárquica – em particular, durante a prisão ou expulsão dos membros respectivos, – consubstanciavam as apreensões do presidente do ministério confrontado com o desrespeito do partido democrático na mesma cidade pelas orientações expressas do executivo. À nomeação, por iniciativa própria, de um dos seus representantes no Governo Civil, seguia-se o protesto contra os agentes que pretenderam impedir a mesma eleição<sup>14</sup>. Tal acto contribuiu fortemente para sustentar a pouca confiança que Relvas nutria pelas forças políticas de então, que somente demonstravam capacidade de união e concordância em períodos de perigo real para a República.

Terminada a Monarquia do Norte estava cumprido um dos mais importantes objectivos traçados por Relvas. No entanto, tornava-se necessária a extinção do parlamento em funções, herdado do sidonismo, para dar início à nova estrutura política que o chefe do governo pretendia arquitectar com os principais partidos republicanos: democráticos, unionistas e evolucionistas. A representação do grupo sidonista no governo bem como a eleição de Canto e Castro pelas câmaras representavam alguns entraves ao projecto de renovação da representação parlamentar. Os partidos, democrático, unionista e evolucionista, solicitavam ainda junto do governo a aplicação da lei de saneamento da República urgentemente, ou seja, a expulsão de cargos públicos de monárquicos ou suspeitos de inimizade ao regime<sup>15</sup>. A aplicação desta política visava também o campo intelectual, sendo que na Universidade de Coimbra foram suspensos de funções quatro dos mais respeitados lentes de Direito: Carneiro Pacheco, Domingos Vital, João Tello Magalhães e António de Oliveira Salazar<sup>16</sup>.

---

<sup>12</sup> RELVAS, 1977: 102-103.

<sup>13</sup> SILVA, 2001.

<sup>14</sup> RELVAS, 1977: 105.

<sup>15</sup> RELVAS, 1977: 106.

<sup>16</sup> SERRÃO, 1989: 233.

No período imediato à vitória sobre as forças monárquicas, vários elementos iniciaram uma campanha de desestabilização política, patrocinando comícios onde se exigia a imediata dissolução das câmaras e criticando a acção do executivo em funções. Na sua liderança encontravam-se homens como Cunha Leal, Ramada Curto, Amâncio de Alpoim e o grupo próximo de Machado Santos<sup>17</sup>.

A 20 de Fevereiro, José Relvas aproveitava a ausência dos ministros sidonistas para apresentar um projecto de lei para a dissolução das câmaras. O mesmo gerou tumultos criados pelos sidonistas mais radicais, obrigando a que a sessão fosse suspensa<sup>18</sup>. As tentativas de Relvas junto do presidente da República para autorizar a dissolução das câmaras em prol da estabilidade política obtiveram resultado, sendo decretada a dissolução das eleições agendadas para 13 de Abril de 1919<sup>19</sup>. Contudo, esta decisão presidencial não evitou o despontar de confrontos entre forças policiais e civis que desencadearam uma manifestação fervorosa após os discursos realizados no comício dirigido por Cunha Leal. O ministério do Interior acabaria por ser invadido, José Relvas e outros membros do governo recolheriam ao quartel do Carmo por protecção<sup>20</sup>. A polícia que se revelara hostil ao governo acabou por ser desarmada e a normalidade foi reposta<sup>21</sup>.

A dissolução do parlamento foi amplamente aplaudida pela opinião pública republicana, no caso do jornal *A Capital* é possível identificar o seguinte:

*A opinião pública deve dar-lhe força (governo), nunca o desrespeitando nem invadindo as suas atribuições, e da mesma maneira certamente procederá com o Sr. Presidente da República que tantas provas de correcção e lealdade tem dado. A dissolução do parlamento, o desarmamento da polícia, foram actos que a opinião pública, no uso d'um legitimo direito reclamou, e que o governo no uso das suas atribuições, resolveu. A opinião pública conta com o governo, o governo conta com a opinião pública<sup>22</sup>.*

## TENTATIVA DE UMA NOVA ORDEM POLÍTICA

O sistema político existente carecia, segundo José Relvas, de alterações e cedências acordadas entre os principais grupos partidários. Sendo que o partido democrático se apresentava com um cariz mais radical e unido em torno dessa matriz bem como possuidor de uma ampla estrutura nacional e de programa político divulgado<sup>23</sup>.

<sup>17</sup> *Idem, ibidem*, p. 232.

<sup>18</sup> *Idem, ibidem*, p. 107.

<sup>19</sup> Diário da República n.º 35, decreto n.º 5165, série I, 21 de Fevereiro de 1919.

<sup>20</sup> RELVAS, 1977: 110-112.

<sup>21</sup> *A CAPITAL*, 1919, n.º 3039, 22 de Fevereiro, p. 1.

<sup>22</sup> *Idem, ibidem*, p. 1.

<sup>23</sup> LEAL, 2008.

Unionistas e evolucionistas, por seu turno, disputavam a ala mais conservadora do republicanismo, desde 1912<sup>24</sup>. Na perspectiva de Relvas seria possível manter a estrutura democrática uma vez que representava uniformemente uma das facções republicanas; colocava em aberto a hipótese de uma fusão entre partidos ou uma dissolução partidária passível de potenciar uma plataforma política una de pendor conservador, em oposição ao sector democrático<sup>25</sup>. A síntese do projecto pretendido por José Relvas encontra-se presente no seguinte parágrafo do jornal *A Capital*:

*O sr. José Relvas entende que a política nacional ficaria simplificada desde que se organizassem dois partidos constitucionais, aptos a exercerem o Governo, e apoiados, nos seus processos e fins, pelas duas grandes tendências políticas da sociedade portuguesa: a conservadora e a radical*<sup>26</sup>.

Com o propósito de concretizar a sua estratégia política para o futuro da República, Relvas iniciou uma série de longas conversações com representantes dos três partidos políticos. A política seguida pelo chefe de governo foi vista por jornais como *O Século*, *A Capital* e *A Manhã*, como uma tentativa positiva de reconstituição do sistema político português, porém os líderes partidários demonstravam-se irredutíveis em aceitar a formação de novos núcleos<sup>27</sup>. Perante a aproximação de eleições tornava-se vital esclarecer aquilo que seriam as posições oficiais partidárias sendo já pública a ambição de Relvas pela formação de um nova entidade. A 12 de Março, Relvas remetia um manifesto da sua lavra aos partidos republicanos, com o objectivo de obter uma palavra final sobre as intenções e objectivos futuros de cada grupo político<sup>28</sup>.

Os evolucionistas, liderados por António José de Almeida, fizeram a primeira declaração pública de negação quanto à dissolução ou fusão partidária, defendendo o argumento da existência de uma formação partidária forte liderada por um histórico republicano<sup>29</sup>. Do núcleo unionista destacava-se Moura Pinto, o qual ambicionava a formação de um novo partido de orientação conservadora liderado por José Relvas<sup>30</sup>. Este, por seu turno, rejeitou o convite por ser seu único objectivo a estabilidade da política nacional e, cumprido esse, ansiar por um afastamento político<sup>31</sup>.

A 19 de Março de 1919 processava-se a substituição dos delegados representantes de Portugal na Conferência de Paz. A delegação nomeada pelos dezembristas e che-

<sup>24</sup> MARQUES, 1978: 52.

<sup>25</sup> RELVAS, 1977: 144.

<sup>26</sup> *A CAPITAL*, 1919, n.º 3067, 22 Março, p. 2.

<sup>27</sup> RELVAS, 1977: 132.

<sup>28</sup> RELVAS, 1977: 141.

<sup>29</sup> RELVAS, 1977: 132-133.

<sup>30</sup> RELVAS, 1977: 151.

<sup>31</sup> RELVAS, 1977: 176.

fiada pelo ministro dos Estrangeiros, Egas Moniz, era substituída por Afonso Costa na presidência, os ex-ministros dos Estrangeiros, Augusto Soares, e da Guerra, Norton de Matos, e os antigos representantes em Londres e Paris, Teixeira Gomes e João Chagas. A linha intervencionista foi recuperada nas negociações de paz, respondendo à opinião pública crítica da presença monárquica na representação externa<sup>32</sup>. No executivo, Egas Moniz representava o Partido Nacional Republicano, a estrutura partidária sidonista que correspondera negativamente ao apelo de união concitado por Relvas. Em mis-siva, declarava-se impraticável a fusão com outro dos partidos republicanos, face às circunstâncias da criação deste partido, suas especificidades e objectivos<sup>33</sup>.

Enquanto o governo e os partidos se mantinham num impasse quanto ao futuro político do país, o jornal *O Século* descrevia da seguinte forma o panorama nacional:

*Dizem-nos que em dias é de recear a falta ou a exiguidade do pão; a vida encarece sucessivamente; a onda das reivindicações operárias sobe; as questões de fomento económico de que depende o futuro português aglomeram-se sem solução, enquanto os outros povos, ao nosso lado, trabalham e progridem. Resolve-se isto tudo apenas com a política, que já foi, por seu mal, a exclusiva preocupação dos últimos governos do dezembrismo? Quando chegar a hora das exigências e das responsabilidades, a política bastará para responder por tudo? Poderemos estar em erro – mas parece-nos que não.*<sup>34</sup>

Perante a crise do gabinete, associada, numa primeira fase, à demissão dos ministros sidonistas, seguida pelo pedido de demissão de Couceiro da Costa, Relvas entendeu pertinente deixar a um executivo a constituir a responsabilidade de levar o país a eleições. Esta perspectiva conflituava com os entendimentos de unionistas e democráticos, agentes de pressão sobre o presidente do ministério. Defendia a permanência de Relvas em função executiva, pretensão não acolhida pelo presidente do ministério que instava os partidos a uma reorganização<sup>35</sup>. Nas memórias, José Relvas transcrevia do jornal *O Século* as seguintes palavras que ilustram a situação política:

*Como se sabe, o sr. José Relvas pronunciou-se, há tempos, abertamente pela fusão dos partidos, chamados das direitas, ou então pela constituição dum bloco, a que presidiria uma Junta Central, para opor uma forte corrente ao Partido Democrático e estabelecer assim um melhor equilíbrio na vida política. Nestas condições, era seu propósito presidir ao acto eleitoral. Seguindo as cousas outro rumo, entende que a sua missão está finda, recusando-se a presidir a um novo Governo.*<sup>36</sup>

---

<sup>32</sup> GOMEZ, 1980: 203.

<sup>33</sup> RELVAS, 1977: 167-171.

<sup>34</sup> RELVAS, 1977: 185.

<sup>35</sup> RELVAS, 1977: 181.

<sup>36</sup> RELVAS, 1977: 183.

O governo de Relvas acabou por apresentar a sua demissão a 27 de Março de 1919<sup>37</sup>, perante a falta de concordância dos partidos em encontrar, no imediato, um acordo para a constituição de uma nova ordem política, malogrando-se assim um dos objectivos traçados por Relvas, a reconstituição do sistema partidário republicano. A imprensa demonstrou-se apoiante das reformas que o ministério pretendeu iniciar nomeadamente em relação aos partidos, cultivando uma imagem positiva de Relvas enquanto chefe de governo. Chegava assim ao fim uma das mais dedicadas missões para restituir a estabilidade à República.

## CONCLUSÃO

José Relvas, afastado das aspirações partidárias que caracterizaram a maioria dos governos da República, assumiu o cargo de presidente de ministério com objectivos bem definidos: terminar com a monarquia no norte do país bem como a expulsão e prisão de monárquicos; restituir a confiança e estabilidade no sistema político republicano.

A escolha pela sua figura passou por uma tentativa de retorno ao espírito do 5 de Outubro de 1910, regressando a um marco inicial para a vida política que havia sido iniciada com o Governo Provisório. No mesmo governo haviam nascido as primeiras separações ideológicas que deram assim origem às três forças partidárias activas durante os primeiros dezasseis anos de República: partido democrático, partido unionista e partido evolucionista. Estas forças representavam a divisão dos republicanos em dois campos, moderados e radicais, destacando-se a superioridade dos democráticos face ao isolamento que detinham na sua facção, enquanto unionistas e evolucionistas disputavam a liderança dos conservadores sem qualquer tipo de programa oficial e diferenciado entre si.

Na visão de Relvas tornava-se vital que, finda a monarquia, os partidos se encontrassem dispostos a resolver a questão da organização política que traria consigo um novo espírito de ordem e confiança ao país que se via forçado a resolver inúmeras dificuldades económicas num período de pós-guerra que afectara conjuntamente a Europa e os territórios coloniais. Porém durante o desempenho das funções de José Relvas como presidente os partidos não se demonstraram disponíveis para dissoluções ou fusões. Derivando do apoio de membros democráticos e unionistas às ideias de Relvas, o partido evolucionista acaba por apresentar a notícia de uma proposta de dissolução a ser votada em Abril de 1919. Contudo os partidos unionista e evolucionista acabam por realizar a sua desejada fusão em finais de 1919, após o afastamento

---

<sup>37</sup> RELVAS, 1977: 187.

dos seus líderes históricos, Brito Camacho e António José de Almeida<sup>38</sup>, nascendo o partido republicano liberal numa tentativa de uniformização da ala conservadora republicana<sup>39</sup>. Terá sido esse um dos legados mais importantes do gabinete de José Relvas, a tentativa de construção de uma força política moderada que fizesse oposição equilibrada ao partido democrático.

Terminadas as suas funções como presidente, Relvas relata nas suas memórias os seus pensamentos acerca do futuro do país face à atitude dos partidos, nas seguintes palavras:

*Voltaremos às mesmas lutas estéreis, ao mesmo desinteresse dos problemas nacionais, às mesmas intrigas ambiciosas, e ao cabo de um período mais ou menos longo outra ditadura virá renovar os dias de Pimenta de Castro e Sidónio Pais [...]. Uma ditadura que manterá apenas um simulacro da República, ou que será uma transição para a Monarquia<sup>40</sup>.*

## FONTES E BIBLIOGRAFIA

*A Capital*. Lisboa, Janeiro-Março, 1919.

*A Manhã*. Lisboa, Janeiro-Março, 1919.

ALLEGRO, José (1988) – *Para a História da Monarquia do Norte*. Lisboa: Bertrand.

BRANDÃO, Fernando de Castro (2011) – *1.ª República Portuguesa uma cronologia*. S. L.: Saint Joseph Academic Press.

*Diário da Câmara dos Deputados*. Imprensa Nacional, Janeiro Fevereiro, 1919.

*Diário do Governo*. Lisboa: Imprensa Nacional, I.ª série. Janeiro-Março, 1919.

*Diário do Senado*. Lisboa: Imprensa Nacional, Janeiro-Fevereiro, 1919.

*Enciclopédia Portuguesa Brasileira* (1945). Rio de Janeiro: Editora Enciclopédia, vol. XXV.

GOMEZ, Hipollito de la Torre (1980) – *Na encruzilhada da Grande Guerra Portugal-Espanha 1913-1919*. Lisboa: Editorial Estampa.

LEAL, Ernesto Castro (2008) – *Partidos e Programas: o campo partidário republicano português 1910-1926*. Coimbra: Imprensa Universidade Coimbra.

MARQUES, A.H. Oliveira (1978) – *História da Primeira República Portuguesa: as estruturas de base*. Lisboa: Iniciativas Editoriais.

MEDINA, João dir. (1993) – *História de Portugal*. Alfragide: Ediclube, vols. X-XI.

*O Século*. Lisboa, Janeiro-Março, 1919.

PINTO, Ana Catarina (2009) – *Nova Estratégia para a República*. In ROSAS, Fernando; ROLLO, Maria Fernanda, coord. – *História da Primeira República Portuguesa*. Lisboa: Tinta da China.

RELVAS, José (1977) – *Memórias Políticas*. MEDINA, João, org. Lisboa: Terra Livre, vol. II.

<sup>38</sup> TORGAL, 2005: 229.

<sup>39</sup> PINTO, 2009: 411.

<sup>40</sup> RELVAS, 1977: 208.

- ROLLO, Maria Fernanda, dir (2013) – *Dicionário de História da I República e do Republicanismo*. Lisboa: Assembleia da República, vol. I.
- SANTOS, Miguel Dias (2014) – *Monarquia do Norte*. In ROLLO, Maria Fernanda, coord.- *Dicionário de História da I República e do Republicanismo*. Lisboa: Assembleia da República, vol. II.
- SERRÃO, Joaquim Veríssimo (1989) – *História de Portugal*. Lisboa: Verbo, vol. XI.
- SILVA, Armando Malheiro da (2006) – *Sidónio e Sidonismo*. Coimbra: Imprensa Universidade Coimbra, vol. II.
- SILVA, Helena Moreira da (2001) – *A monarquia do Norte: a tentativa de restauração monárquica no Porto e a reacção do regime republicano*. Lisboa: Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa. Tese de Mestrado.
- TELO, António (1993) – *A Herança da Guerra*. In MEDINA, João, dir. – *História de História*. Alfragide: Ediclube, vol. XI.
- TORGAL, Luís Reis (2005) – *António José de Almeida e a República: discurso de uma vida ou vida de um discurso*. Lisboa: Temas & Debates.
- VENTURA, António (1989) – *O Imaginário Seareiro. Ilustradores e Ilustrações da Revista Seara Nova (1921-1927)*. Lisboa: Instituto Nacional de Investigação Científica.